

ESG na Gestão de Riscos Financeiros no Brasil



Dezembro de 2021

kpmg.com.br

Prefácio

O objetivo desta publicação é avaliar os impactos dos fatores de risco dos pilares de ESG nas rotinas de gerenciamento de riscos financeiros de bancos, gestores de investimentos, tesourarias e entidades seguradoras.

Seguindo o processo de transformação do cenário econômico internacional, a sigla ESG (do inglês *Environmental, Social and Governance*) foi criada para identificar uma série de práticas a serem adotadas pelas instituições que buscam atrair investimentos impulsionados por expectativas socioambientais, tais como: mudança climática, diversidade, transparência, princípios éticos, inclusão e desigualdade racial.

Além disso, em um cenário de estresse decorrente da pandemia da covid-19 e a forte atenção voltada ao debate sobre riscos financeiros (relacionados à quantificação de eventos extremos), três questões – sustentabilidade ambiental, inclusão social e governança – ganharam importância no mercado financeiro e nas práticas de monitoramento de riscos financeiros.

De uma forma mais ampla, estes aspectos estão sendo interpretados como evidências de uma boa gestão de riscos e resiliência do negócio. Diante disso, o tema não se limita apenas a uma questão ética, mas sim a um fator econômico, o que gera um novo tipo de risco: o **risco ESG**.

Esse processo inclui ajustes de negócio, estratégias e demonstrações relativas ao apetite por riscos, tornando as responsabilidades e atribuições transparentes por meio das três linhas de defesa (i. controle gerencial, ii. gestão e controle de riscos/compliance, e iii. auditoria e avaliação independente de terceiros).

Os fatores de risco em ESG não devem ser tratados individualmente, já que eles exercem influência em riscos financeiros e não financeiros presentes em uma organização. Por isso, os métodos e processos de gerenciamento dessas práticas devem ser revistos, considerando a relação complexa de causa e efeito entre todas as tipologias de riscos.

Por fim, órgãos oficiais internacionais, reguladores, agências de *rating* e outras instituições ao redor do mundo apresentam um grande interesse no tópico, aumentando a necessidade e as solicitações de divulgação.

Esse fluxo constante de novas normas e regulamentos traz desafios de conformidade às organizações em geral, especialmente para as instituições bancárias, que se encontram na vanguarda de regulamentação no contexto dos pilares ESG.



Conteúdo

Riscos em ESG

4

Impactos no Brasil

6

Maturidade,
ferramentas e
monitoramento

9

12

Estrutura de gestão
de riscos financeiros

17

22

Abordagem de
implementação

Ação: como podemos
ajudar?



Riscos em ESG

Reguladores e órgãos oficiais

A construção de uma economia desenvolvida com base nos princípios de sustentabilidade tem sido uma meta de organizações locais e globais, em conjunto com entidades governamentais, já há algumas décadas.

No Acordo de Paris, realizado em abril de 2016 pelo combate ao aquecimento global, 195 países e territórios se comprometeram com metas que visavam uma economia mundial sem ameaças ao clima e aos ecossistemas que garantem a estabilidade da vida no planeta. Foi decidido, naquele momento, que seria preciso ainda ter metas específicas para limitar o aquecimento global entre 1,5 e 2 graus Celsius, tendo como referência as temperaturas da década pré-industrial.

Seguindo a mesma linha, os objetivos de desenvolvimento sustentável da

Organização das Nações Unidas (ONU) propõem metas globais nas áreas ambientais e sociais para empresas e governos. Nesse contexto, o **Fórum Econômico Mundial tem apresentado, ano após ano**, diretrizes globais para uma nova perspectiva em relação ao desenvolvimento econômico e aos aspectos de ESG. De maneira similar, os princípios para investimentos responsáveis da ONU propõem a criação de um sistema financeiro mundial que seja eficiente e responsável para criação de valor a longo prazo, tendo como base os pilares ESG. Ainda neste contexto, em novembro de 2021, foi realizada a **26ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP-26)**. O acordo firmado propõe acelerar a transição energética para fontes de energia limpas e estimulando a inovação para alternativas. Sugere também que os países aumentem os esforços para reduzir o uso de combustíveis fósseis e o carvão.

(...) as autoridades europeias, que supervisionam o setor financeiro, estão debatendo o avanço regulatório que introduz o assunto nas agendas de bancos, seguradoras, gestores de recursos e fundos de investimentos (...)

Esse avanço regulatório encontra-se na pauta de debate de diversos países e territórios para modernização de novas regras e diretrizes.

Além disso, destaca-se que as autoridades europeias, que supervisionam o setor financeiro, estão debatendo o avanço regulatório que introduz o assunto nas agendas de bancos, seguradoras, gestores de recursos e fundos de investimentos no documento *Regulamento de Divulgação de Finanças Sustentáveis* (em inglês, *Sustainable Finance Disclosure Regulation – SFDR*). Essas iniciativas buscam direcionar fluxos de investimentos para emissores e setores com modelos de negócios e operacionais mais sustentáveis e colocar os pilares ESG na vanguarda do processo de investimento.

A primeira etapa dessa iniciativa, denominada nível 1, já foi finalizada e publicada. Além desse passo inicial, encontra-se em debate o requerimento técnico regulatório do nível 2 (também conhecido em inglês por *Regulatory Technical Standards – RTS*). Dessa forma, entre algumas obrigações de divulgação em relatório periódico, existe a necessidade de indicação das características e objetivos dos investimentos, detalhamento no *website* das empresas, descrição das políticas de diligência e eventual avaliação de indicadores com o conceito de análise de prejuízo significativo.

Enquanto isso, o mercado observa o envolvimento de instituições relevantes, como o Bank for International Settlements (BIS), o European Central Bank (ECB), o European Bank of Authority (EBA), a European Securities and Markets Authority (ESMA), a European Insurance and Occupational Pensions Authority (EIOPA) e o Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD).

Adicionalmente, órgãos oficiais internacionais, como International Organization of Securities Commissions (IOSCO), Financial Stability Board (FSB) e International Accounting Standards Board (IASB), iniciaram um debate importante na esfera de sustentabilidade com o grupo IFRS Foundation Trustees e com uma proposta do novo International Sustainability Standards Board (ISSB). O ISSB terá como objetivo desenvolver padrões de divulgação de sustentabilidade com foco no valor da empresa. Essa abordagem permitirá gerar relatórios globais sobre o tema com dados consistentes, comparáveis e confiáveis.

O desenvolvimento sustentável ganhou importância na sociedade, aumentando a conscientização para assuntos como as mudanças climáticas, a desigualdade social ou a má conduta corporativa. Investidores ao redor do mundo estão demonstrando uma demanda crescente por produtos sustentáveis. Este fator, aliado à conduta corporativa, está influenciando a reputação e o sucesso de instituições financeiras e não-financeiras. **Portanto, a integração da sustentabilidade às estratégias de negócio tem potencial para mudar o cenário corporativo em escala global.**

Esperar e não fazer nada não é uma opção

As organizações que não agirem agora dificilmente conseguirão integrar em suas atividades as mudanças regulatórias relativas à sustentabilidade em tempo hábil, e menos ainda para se adaptar aos novos requerimentos de mercado.

As organizações precisam responder às demandas com as seguintes ações:

- 01 Revisão de suas estratégias de negócio.
- 02 Revisão das políticas de gerenciamento de riscos financeiros.
- 03 Plano de ação de impacto contábil e regulatório.



A woman with curly hair and a red lanyard is looking at a tablet held by a man in a suit. They are in an office setting, and the woman is holding a pen. The background is blurred, showing office equipment and a window.

Impactos no Brasil

Reguladores locais

Banco Central do Brasil (BACEN)

Observa-se, na esfera local, o movimento de gestores de investimentos tradicionais e novos entrantes incorporando o conceito de gestão dos aspectos ambientais, sociais e de governança como critério para alocação de recursos.

Já é possível perceber que empresas com boas práticas possuem o benefício dessa nova corrida por prioridades, frente ao apetite de mercado para alocação de ativos financeiros carimbados com práticas ESG.

Ainda na esfera local, a tríade social, ambiental e climática, que já era preocupante para a sociedade, ganhou maior relevância com a pandemia da covid-19. Nesse sentido, o BACEN emitiu em 7 de abril de 2021 o Edital de Consulta Pública nº 85/2021, considerando um conjunto de propostas normativas para o aprimoramento das regras de gerenciamento de riscos em ESG e incluindo considerações sobre os riscos sociais, ambientais e climáticos aplicáveis às instituições financeiras e demais organizações autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Também apresentou os requisitos a serem observados por essas instituições no estabelecimento da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) e na implementação de ações para a sua efetividade. **Nesse sentido, um pacote de resoluções foi publicado em setembro de 2021, alterando alguns normativos já existentes para direcionar o tema, com previsão de entrada em vigor em 2022.**

Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

De igual modo, a CVM realizou recentemente uma consulta pública com a proposta de alteração do formulário de referência (audiência pública SDM 09/20), indicando a inclusão da responsabilidade das companhias no aperfeiçoamento das informações sobre os aspectos sociais, ambientais e de governança corporativa.

Superintendência de Seguros Privados (SUSEP)

Seguindo a mesma linha de raciocínio, a SUSEP indicou que os temas ambientais, sociais e de governança farão parte da política de responsabilidade socioambiental no plano de regulação para o exercício de 2021 (Deliberação SUSEP 243/2020). O ponto principal se encontra na ampliação da transparência referente aos riscos climáticos e a definição de critérios para a classificação de produtos sustentáveis.

É esperado um movimento na indústria de serviços financeiros para que a gestão de riscos relacionados aos pilares ESG seja incorporada em seus critérios de investimento.

Em um contexto como esse, emissores de valores mobiliários terão um papel importante com a inclusão de informações que reflitam aspectos sociais, ambientais e de governança corporativa.

Definir, planejar e levantar o debate dentro de cada instituição é um passo de extrema importância.



Prioridades dos participantes do mercado financeiro no Brasil

Temas como **mudanças climáticas, acidentes ambientais, escassez de recursos naturais, alterações em condições de trabalho, transformações no ambiente de gestão e governança** se tornaram prioridades globais e envolvem diversos setores da economia, criando um amplo impacto na esfera local.

Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA)

No documento *Guia ASG | Incorporação dos aspectos ASG nas análises de investimento – Janeiro 2020*, a ANBIMA debate questões ambientais, sociais e de governança (utilizando a sigla em português ASG) e reforça que a adoção de políticas nos principais mercados financeiros globais está em estágio avançado e já faz parte da realidade de grande parte dos investidores.

A publicação destaca que, **no Brasil**, o assunto é debatido há algum tempo e diversos participantes do mercado têm iniciativas em relação ao tema. Em 2012, a ANBIMA publicou os requisitos mínimos necessários para a política de voto dos Conselhos de Administração, encaminhando questões sobre governança. Nessa linha, desenvolveu um grupo de estudos de sustentabilidade que atua desde 2015, o qual já realizou diversas ações com o objetivo de promover os critérios de fatores de risco ASG nos processos de investimento. Diante disso, a ANBIMA destaca a direção do mercado na adoção de políticas com o contexto ambiental, social e de governança como primordial para atrair investimentos de clientes estrangeiros e investidores institucionais, como *assets* e fundos de pensão.

Fundos de pensão

Com relação às entidades fechadas de previdência complementar, a Resolução do Banco Central nº 4661/2018 já estabelecia que, na análise de riscos dessas organizações, deveriam ser considerados os aspectos referentes à sustentabilidade econômica, ambiental e social, além da governança dos investimentos.

Federação Brasileira de Bancos (Febraban)

A Febraban, pelo normativo SARB 014/2014, instituiu a criação e implementação de uma política de responsabilidade socioambiental, com o objetivo de formalizar diretrizes e procedimentos para a incorporação de práticas de avaliação e gerenciamento de riscos ambientais e sociais.

Bolsa Brasileira de negociações no mercado de capitais (B3)

A B3 está na vanguarda em diversos temas relacionados ao mercado financeiro no Brasil e, além de iniciativas sobre o tema, tem índices compostos por ações de empresas que adotam políticas em ESG. Publicou, em 2017, um guia de sustentabilidade sobre a oportunidade de negócios no setor de intermediação.

Associações no mercado brasileiro

Outras publicações recentes estão disponíveis no mercado, como as produzidas pelas associações ABRAPP (Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar) e a ABVCAP (Associação Brasileira de *Private Equity* e *Venture Capital*).



Maturidade, ferramentas e monitoramento

Os riscos em ESG devem focar em potenciais efeitos que os públicos de interesse das organizações (como clientes, fornecedores, funcionários e comunidade) podem provocar e, em contrapartida, o efeito que a organização terá sobre esses grupos e no meio ambiente devido às suas atividades.

Existe uma crescente busca por ferramentas e controles de monitoramento de fatores de risco em ESG. Nesse sentido, é desafiador entender os diversos estágios, grau de maturidade e plano de ação para uma política de gerenciamento de riscos sustentável. Estes aspectos passam por riscos financeiros tais como mercado, crédito e liquidez. Contudo, a avaliação de grau de maturidade se estende para esferas de riscos operacional, reputacional, estratégico, de diligência, de *compliance* e de modelos.

Quando ocorrer, o risco em ESG deverá (ou poderá) causar impactos em ativos, modelos, resultados financeiros e reputação de uma organização.

Riscos financeiros e fatores de risco em ESG

Fatores de risco em ESG incluem os riscos ambientais, sociais e de governança e o impacto no patrimônio líquido, resultado e na liquidez de uma organização. O tópico é especialmente sensível na interação com riscos financeiros, pois aqueles relacionados aos pilares ESG podem afetar as empresas diretamente (por exemplo, alterações climática afetando preços de contratos de comercialização de energia), e podem impactar clientes (como em mudanças nas oportunidades de venda, em implicações na produção etc.), levando a um maior **risco de default** (quebra resultante de um risco de crédito), por exemplo.

Devido aos entendimentos políticos globais e possivelmente ao fato de serem questões mais tangíveis, o foco atualmente está no risco ambiental (dividido entre físico e de transição) e nas mudanças climáticas.

Riscos ambientais

Os **riscos físicos** estão relacionados com a possibilidade de ocorrência direta ou indireta em situações associadas a condições ambientais extremas, que possam ser associadas a mudanças em padrões climáticos, como por exemplo:

- inundações
- tempestades
- incêndios florestais
- aumento do nível do mar
- seca.

Os **riscos de transição** se referem à possibilidade de ocorrência de perdas ocasionadas, direta ou indiretamente, por eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, em que a emissão de gases de efeito estufa é reduzida ou compensada. Exemplos:

- Reação de legisladores/reguladores para promover a sustentabilidade ou proibições de atividades poluentes (como o imposto sobre emissão de CO₂).
- Mudanças estruturais na oferta e demanda por produtos, serviços e *commodities*.

Riscos sociais

- Não conformidade com padrões trabalhistas.
- Salários inadequados para funcionários.
- Condições impróprias para execução de atividades profissionais.
- Falta de garantia de segurança nos produtos.
- Comportamento associado à qualquer tipo de discriminação.

Atualmente, existe um grande foco na interação dos riscos financeiros com os ambientais. Nesse sentido, não é raro observar manifestações de **riscos físicos** na atividade econômica ou quando seu valor está diretamente ameaçado pelo não cumprimento de um objetivo relacionado ao clima (ex.: o efeito direto nas alterações climáticas pelo fornecimento de água para indústrias). Também podem se materializar de forma aguda (ex.: um evento de risco individual e não recorrente) ou crônica (ex.: uma deterioração permanente dos objetivos de ESG com impactos duradouros na própria atividade econômica).

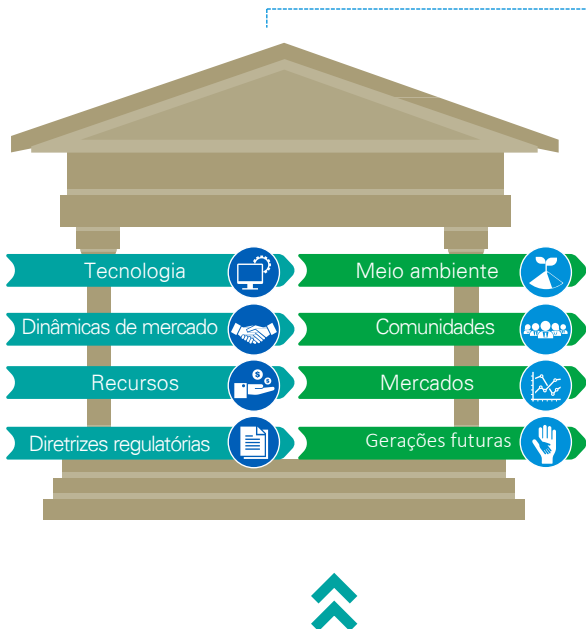
Por outro lado, os **riscos de transição** estão relacionados com a possibilidade de ocorrência de perdas ocasionadas, direta ou indiretamente, por eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, em que a emissão de gases do efeito estufa é reduzida ou compensada.



Riscos de governança

- Inconformidade com leis tributárias.
- Corrupção e tentativas de suborno.
- Remuneração inadequada para a alta gerência.
- Falta de garantia adequada para proteção de dados.

Fonte: KPMG INTERNATIONAL. *ESG Risks in Banks*. 2021.



Risco de reputação

Efeitos de dentro para fora podem resultar em riscos de reputação, que por sua vez afetam a organização.

Adicionalmente, a partir das diferentes características já descritas, podemos distinguir duas dimensões em relação aos riscos em ESG: a dimensão **financeira** e a **não-financeira**.

Em relação à dimensão financeira, a pergunta-chave que as organizações devem fazer é: quais são os riscos e oportunidades em ESG que o modelo de negócios de nossos clientes e investidores possuem, e o que isso significa para o nosso modelo de negócios?

Essa dimensão está intimamente relacionada com o efeito de fora pra dentro dos pilares ESG, como por exemplo as consequências do desenvolvimento externo atual e esperado dos fatores ESG nos negócios.

Em contrapartida, a dimensão não financeira considera o impacto que uma organização tem no meio ambiente e na sociedade. A pergunta-chave é: quais oportunidades surgirão de produtos e negociações sustentáveis, e como os riscos de reputação podem ser evitados? Isso direciona o efeito de dentro para fora (o resultado das ações da organização nos problemas sociais e ambientais).

● Efeitos de fora para dentro (dependências)

Consequências do desenvolvimento externo atual e esperado dos pilares ESG nos negócios.

Influenciadores

- diretrizes regulatórias
- tecnologia
- qualidade e disponibilidade de recursos
- dinâmicas de mercado etc.

Participantes de mercado afetados

- A própria organização.
- Importantes provedores de serviços.

● Efeitos em:

- *status* atual
- performance
- perspectivas econômicas de sucesso.

Efeitos de fora para dentro (influência)

Possibilidade de influenciar o ambiente e a sociedade.

Influencia em

- meio ambiente
- comunidades
- mercados
- gerações futuras.

Riscos de reputação em particular atuam como transmissores entre o cliente e a organização. Efeitos de dentro para fora podem resultar em riscos de reputação, que por sua vez afetam a organização. Depois de uma série de rodadas de relações de causa e efeito, não é mais possível distinguir quando e onde o efeito original foi causado.

(...) os riscos em ESG podem afetar as organizações diretamente (por exemplo, alterações climáticas afetando preços de contratos de comercialização de energia), e também podem afetar clientes (como em mudanças nas oportunidades de venda, impacto na produção etc.) **levando a um maior risco de default (...)**

Fonte: KPMG INTERNATIONAL. *ESG Risks in Banks*. 2021.

Estrutura de gestão de riscos financeiros

para lidar com os fatores de riscos em **ESG**

Naturalmente, lidar com riscos é um elemento essencial e inevitável para a maioria dos bancos e das instituições financeiras e não financeiras (e eles não podem evitar o risco inerente às suas atividades). Dessa forma, o gerenciamento de riscos é uma peça fundamental para a indústria e para sua própria sustentabilidade. O ponto em comum entre as diferentes categorias de riscos com os quais as organizações estão acostumadas a lidar (por exemplo, riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional etc.) é que elas se

preocupam com o impacto dos riscos na própria instituição. Contudo, em relação aos fatores de riscos em ESG, o gerenciamento deve contemplar novas perspectivas. Por exemplo, considerar não apenas o impacto que os pilares ESG têm na organização, mas também o efeito potencial dos públicos de interesse na organização e vice-versa (o risco exposto pela empresa aos seus públicos e ao meio ambiente devido às suas atividades).

Fonte: KPMG INTERNATIONAL. *ESG Risks in Banks*. 2021.

Os fatores de risco em ESG devem ser encontrados sob todas as perspectivas já mencionadas. Isso requer uma abordagem holística no momento de sua incorporação na estrutura de **gestão de riscos financeiros** das organizações, começando com uma boa governança e uma estratégia sensível antes da implementação desses riscos no ciclo de gestão das empresas.

Governança em riscos financeiros considerando fatores de riscos ESG

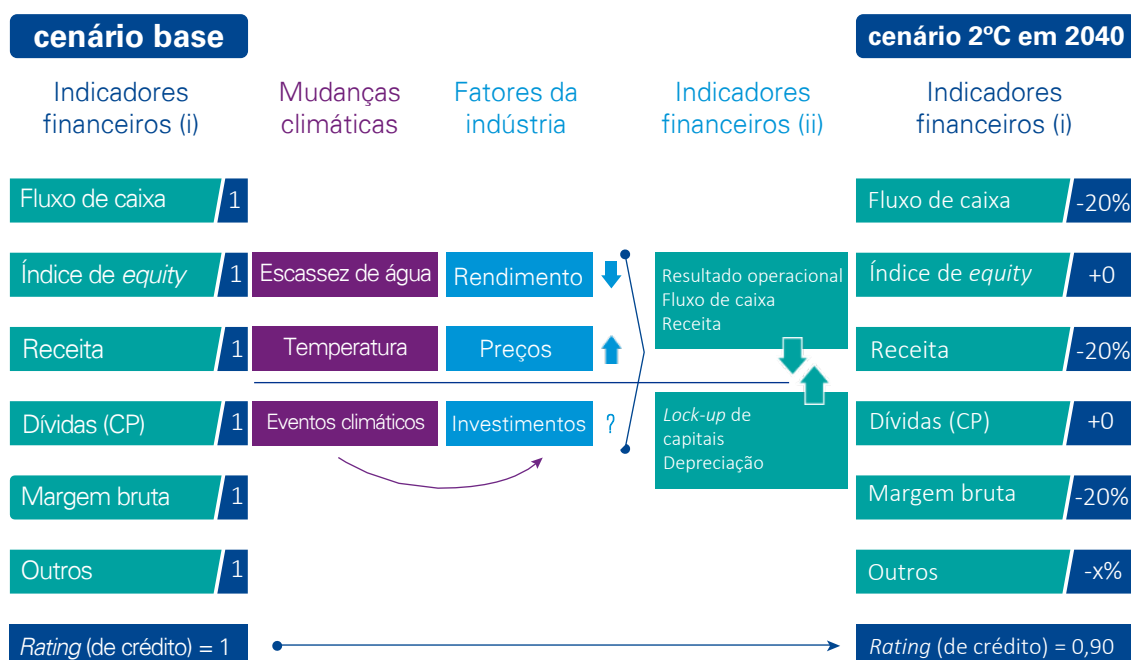
Uma boa estrutura de governança é um elemento-chave para processos de gerenciamento de riscos efetivos. Fatores de riscos em ESG podem afetar todas as divisões e departamentos da organização e as diferentes partes do modelo em suas linhas de defesas, incluindo centros de lucro e de custos. Enquanto a implementação de uma unidade central de coordenação para riscos em ESG pode ser benéfica, ampliar o papel e a responsabilidades das unidades existentes é fundamental.

Centros de lucro são a primeira linha de defesa contra riscos em ESG, incluindo as divisões de crédito e de negociação. Eles devem considerar o fator de risco em ESG no desenvolvimento de produtos e em seus processos de precificação e de venda. Essa consideração deve focar especialmente no impacto desses fatores nos riscos financeiros e de reputação.

Lidar com o **risco em ESG precisa se tornar uma atividade incorporada em todos os processos relevantes**. Por exemplo, com critérios claros de decisão e mecanismos de controle para o processo de concessão de crédito. Nesse caso, os fatores ESG devem ser verificados e avaliados ao longo do processo de empréstimo, de forma similar ao exame de riscos de reputação no processo de *Know Your Customer* (KYC, ou conheça o seu cliente, em português).

Nas instituições financeiras, os fatores de riscos em ESG devem ser verificados e avaliados ao longo do processo de empréstimo, de forma similar ao exame de riscos de reputação no processo de KYC. Isso significa que essa avaliação não deve ser feita apenas no momento inicial do processo de concessão do empréstimo, mas deve ser recorrente, inspecionando todos os clientes corporativos.

Exemplo: impacto em mudanças climáticas interagindo com o risco de crédito para modelo de probabilidade de *default* (PD)



Fonte: KPMG INTERNATIONAL. *ESG Risks in Banks*. 2021.

Centros de custo que assumem a primeira linha de defesa normalmente já consideram uma ampla gama de riscos não financeiros em particular. Ainda assim, terão que adaptar seus processos de gerenciamento de risco. **Isso inclui o aprimoramento de métodos e ferramentas de alocação (qualitativa) de riscos ao incorporar fatores ESG.**

Por outro lado, a ligação com os **riscos não financeiros** (particularmente os operacionais e de reputação) não devem ser ignorados.

A segunda linha de defesa inclui o Controle de Risco e *Compliance* e o Plano de Continuidade dos Negócios (PCN), mas não se limita a eles. O controle de riscos deve desenvolver métodos, processos e ferramentas para lidar com os fatores de risco em ESG (tomando nota do histórico de alterações) e incluir os resultados nos relatórios. O controle de *compliance*, por sua vez, deve examinar se a entidade está de acordo com as diretrizes legais ou voluntariamente impostas sobre ESG. Ao final, o PCN deve considerar os riscos em ESG como um gatilho para interrupções de negócios e apresentar um plano de continuidade.

A auditoria interna, como terceira linha, deve assegurar que todos os processos relevantes incluam aspectos de riscos em ESG de forma adequada e consistente.

Estratégia de risco

Para alcançar o desenvolvimento sustentável, as instituições financeiras devem definir e implementar uma estratégia de negócio sensível. Ao fazê-lo, a discussão sobre a motivação responsável pela incorporação da sustentabilidade pode servir como ponto de partida para a avaliação de desafios futuros e os caminhos necessários para o desenvolvimento e implementação de uma estratégia de negócio. A motivação inicial para considerar este tema pode ser puramente econômica, contábil, regulatória e/ou legal, e servirá para direcionar os propósitos sociais e/ou ecológicos. Dependendo do objetivo, os projetos sustentáveis externos podem ser apoiados financeiramente ou até por engajamento em redes sociais. Conforme as estratégias de negócio amadurecem, o nível de integração com o modelo de negócios varia de algumas atividades de responsabilidade social corporativa (do inglês *Corporate Social Responsibility* — CSR) para abranger os pilares ESG no centro do modelo de negócios da organização. **Quanto mais próximo desse núcleo os assuntos relacionados aos fatores de riscos ESG são considerados, maior será a exigência por experiência e senioridade dos responsáveis pelo assunto na empresa.**

A estratégia de risco para os fatores ESG deve alinhada com as **estratégias de negócio e, por consequência, constantemente atualizada.**

Existe um aspecto-chave que é o risco de concentração de fatores ESG. Eles surgem em resposta à relação complexa de causa e efeito com todos os tipos de riscos da organização. Por outro lado, especialmente devido ao risco de transição, companhias de uma mesma indústria são simultaneamente afetadas, assim como o setor bancário que trabalha com elas.

A estratégia de riscos em ESG precisa ser operacionalizada por um sistema correspondente de declaração de apetite ao risco. Começando por uma inspeção dos fatores de riscos em ESG, limites quantitativos e/ou qualitativos podem ser atribuídos de forma agregada ou individualmente a cada tipo de ameaça.

Quando levamos em consideração os fatores de riscos em ESG nas estratégias, as organizações devem estar cientes de que o horizonte de planejamento normalmente é longo e necessita de um período de amadurecimento, considerando a elaboração de estratégias de riscos e de negócio.

Isso se aplica especialmente para aspectos de mudanças climáticas contidos nos riscos em ESG. Além disso, as características das relações de negócios e produtos (duração dos contratos, vencimento de instrumentos financeiros etc.) devem ser levadas em consideração.

Ciclo de gestão de risco

Um dos maiores desafios é dividir os tópicos relacionados aos riscos de sustentabilidade nas categorias individual ou parcial, mas não tratá-los de forma distinta. Riscos de sustentabilidade têm uma relação complexa de causa e efeito: por um lado, entre clientes, provedores de serviços e organização e, por outro lado, entre tipos individuais de riscos financeiros e não financeiros. Isso precisa estar claro e ser considerado de forma apropriada no processo de gerenciamento de riscos.

A identificação de fatores de riscos ESG, também depende da localização geográfica

Os **riscos físicos** aos quais a organização e seus clientes estão expostos (por exemplo, danos climáticos a ativos, questões políticas, aspectos culturais e/ou efeito de uma seca persistente) são determinados pelas localizações que são particularmente importantes para o negócio. Esse tipo de risco também depende do modelo de negócios da empresa.

Fonte: KPMG INTERNATIONAL. *ESG Risks in Banks*. 2021.

Existe um efeito dominó em riscos ESG. Por exemplo, há o risco de prejuízo à reputação de uma empresa caso ela apresente um comportamento incompatível com boas práticas em ESG. Isso poderá, por sua vez, ocasionar disputas judiciais (aumentando o risco legal) e uma maior consciência dos públicos de interesse.

A identificação pode ser iniciada considerando fatores de risco em ESG no risco de inventário e, dessa forma, expandir o panorama de ameaças. Devido ao amplo conjunto de riscos financeiros e não financeiros, os fatores ESG podem não ser atribuídos de forma linear. Em vez disso, riscos em ESG devem ser identificados ao investigar as relações de causa e efeito de diferentes gatilhos, e considerados para todos os tipos de riscos. Por exemplo, deve-se efetuar uma avaliação para cada tipo de risco observando os fatores ESG e os seus efeitos secundários. Para executar esses passos de identificação, são necessários profissionais qualificados.

Exemplo de materialização: por exemplo, condições climáticas extremas podem se manifestar por meio de *defaults* de risco de crédito e mudanças na percepção do mercado em avaliações de *impairment*; a cobertura de danos (comum no mercado de seguros) ocasionados pelo clima pode ser percebida pelo desconto de reservas e na restrição de oferta de serviços terceirizados.

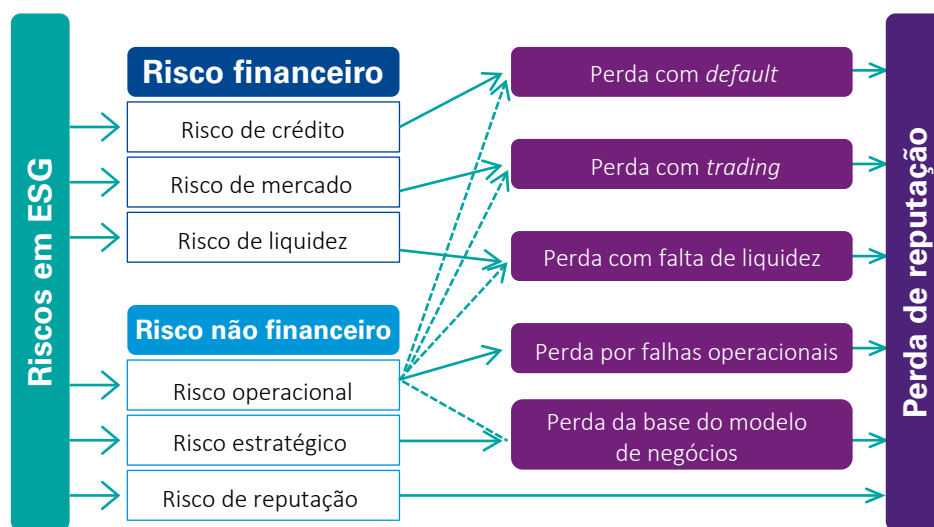


Riscos em ESG podem afetar as instituições, o preço de mercado, a liquidez e os riscos operacionais.

No entanto, os mecanismos de causa e efeito requerem uma ampla gama de conhecimento especializado ao longo do processo (ex.: transformar cenários e modelos climáticos em impactos de negócios em toda a cadeia de valor).

Um passo crucial do processo de mensuração e avaliação do risco em ESG é a atribuição da exposição a esse risco. Isso inclui considerações ao avaliar a adequação e os cálculos do capital econômico e regulatório.

Fatores de riscos em ESG na gestão de riscos financeiros e não financeiros



Fonte: KPMG INTERNATIONAL. *ESG Risks in Banks*. 2021.

Direção

A definição dos objetivos e iniciativas para ESG estão dispostos na estratégia de negócio. A sua inclusão na estratégia de riscos, com a operacionalização por meio da gestão do apetite desses fatores, são a base para o gerenciamento dos riscos em ESG.

Assim como todos os tipos de riscos, o desenvolvimento de medidas preventivas e reativas de controle guiarão o caminho.

As opções disponíveis para uma organização direcionar os riscos em ESG são variados e devem ser selecionados individualmente. Elas variam da determinação de limites e exclusões e/ou inclusão de critérios para portfólios com fatores ESG relevantes, até o desinvestimento em companhias que não atendam os objetivos de ESG desejados.

Medidas preventivas incluem:



- Considerações obrigatórias para riscos em ESG em todo os **processos**. Por exemplo: durante o desenvolvimento de novos produtos ou processos.



- Implementação de **medidas preventivas de direção** para todos os tipos de riscos por meio de uma especificação detalhada. Por exemplo: recusa a um empréstimo caso a exposição aos riscos em ESG do requerente for maior do que x.

Medidas reativas incluem:



- O tratamento da materialização dos **riscos em ESG** (operacionais, de *compliance*, de reputação etc.).



- **Reavaliação de carteiras**, novos *ratings*, rejeição de prolongamentos etc., em resposta aos riscos de transição (ex.: devido a uma nova situação legal).

Monitoramento

A identificação e o monitoramento de indicadores é a melhor maneira de manter um controle contínuo do perfil. **A utilização de ferramentas existentes para a criação de um *dashboard* de risco em ESG é possível. As informações devem estar disponíveis a todos os agentes e ao longo de todo o processo de tomada de decisões.**

Além disso, a efetividade das medidas de controle devem ser avaliadas criticamente. Como a efetividade de medidas em uma área tão nova como a de riscos em ESG não é garantida, é importante verificar regularmente quais ações podem ser consideradas bem-sucedidas ou quando medidas adicionais são necessárias.

Comunicação

É necessária transparência em relação à exposição e às medidas de controle de riscos em ESG da organização. Assim, é vital que exista uma comunicação interna compreensiva.

As informações sobre riscos em ESG podem ser incluídas em estruturas de divulgação de riscos já existentes. Porém, pode ser útil criar um sistema específico para os riscos em ESG com uma visão de médio e longo prazo, uma vez que eles podem se materializar muito depois de outros tipos de riscos.

Divulgação e relatórios externos

Algumas publicações comuns no mercado contemplam determinados aspectos relevantes nesse contexto, como questões ambientais, sociais e de funcionários, direitos humanos e esforços para combater a corrupção e subornos.

As boas práticas em divulgação de dados apresentam os principais assuntos abordados, os riscos e como eles são gerenciados e a performance dos indicadores não financeiros mais relevantes para a instituição.

A divulgação e as solicitações adicionais sobre o tema estão sendo desenvolvidas pelas empresas, e espera-se que sejam apresentadas informações mais detalhadas sobre os fatores de risco em ESG.

(...)

A definição dos objetivos e iniciativas para ESG estão dispostos na estratégia de negócio. A sua inclusão na estratégia de riscos, com a operacionalização por meio da gestão do apetite desses fatores, são a base para o gerenciamento dos riscos em ESG. (...)

Abordagem de implementação

Instituições financeiras como bancos, gestores de investimentos e seguradoras devem lidar com os fatores de riscos em ESG de uma forma holística para sua inclusão no quadro de gestão de riscos. Assim, são relevantes as interações dos fatores ESG com riscos financeiros e operacionais nas instituições financeiras. Por exemplo, um banco cuja carteira de empréstimos está concentrada em empresas com elevadas emissões de carbono pode correr riscos de crédito cada vez maiores com a entrada em vigor de aspectos regulatórios para redução dessas emissões.

Ao resultar em um aumento significativo no risco de crédito, a IFRS 9 (CPC 48) Instrumentos Financeiros exige que o banco reflita isso em seu provisionamento.

Assim, riscos em ESG podem demandar envolvimento em técnicas de mensuração, monitoramento de riscos e modelos, avaliação dos processos e análises de *stress testing*.

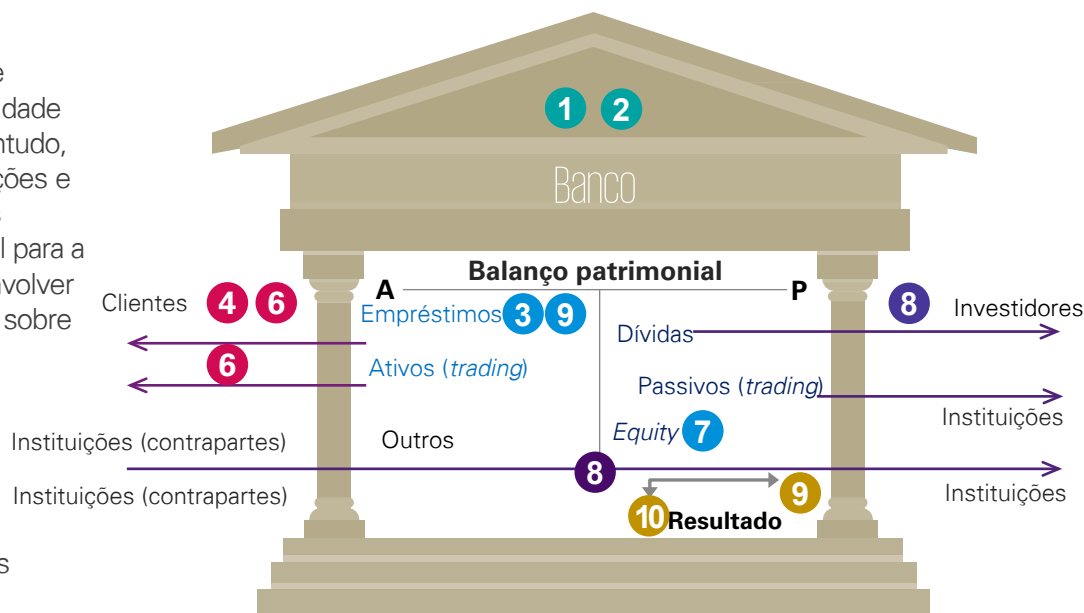
Nesse sentido, além da incorporação de fatores de riscos ESG ao quadro de riscos, as instituições financeiras devem observar os seus produtos e serviços. Questões relacionadas ao *design* de produtos, precificação e decisões nas transações devem ser consideradas. Outros aspectos que ganham relevância estão relacionados com a alocação de forma adequada do risco em ESG em uma ampla variedade de processos para fomentar a lucratividade.

Impacto nos bancos

Os bancos há muito tempo se preocupam com a sustentabilidade de uma forma segregada. Contudo, devido ao volume de informações e movimentações sobre futuras alterações regulatórias, é difícil para a maioria das instituições desenvolver uma estratégia compreensiva sobre os fatores de risco em ESG.

Apesar de todos os desafios apresentados por regulamentações e mudanças de mercado que surgirão no futuro, há ainda uma oportunidade para os bancos: a antecipação apropriada pode ser usada para se posicionar ativamente. Na Europa, por exemplo, o plano de ação para sustentabilidade financeira do EBA encoraja as instituições a incorporar de forma proativa considerações relacionadas a fatores ESG em suas estratégias de negócio e de gerenciamento de risco, e a integrar riscos em ESG em seus planos de negócio, controles internos e processos de tomada de decisão.

No Brasil, o movimento é similar e, com essas sugestões, as considerações sobre os riscos em ESG estarão em primeiro plano.



- 1 Considerar a sustentabilidade nas **estratégias de negócio** e na configuração/**governança** da organização
- 2 Ajustar **produtos e carteiras de clientes**
- 3 Identificar/classificar **ativos** sustentáveis
- 4 Oferecer **financiamento** sustentável a clientes
- 5 **Refinanciar** com ativos sustentáveis
- 6 Considerar o risco em ESG na **precificação e gerenciamento de risco**
- 7 Considerar o risco em ESG no **custo de capital**
- 8 Incluir fatores ESG no **processo de distribuição**
- 9 **Reportar** o próprio risco em ESG e seus impactos para supervisores e públicos
- 10 **Gestão de dados** de ESG

Figura 1: espera-se que a sustentabilidade afete os bancos ao longo de toda a sua cadeia de valor, tanto sob uma perspectiva de estratégia, quanto operacional – e que crie novas oportunidades.

Fonte: KPMG INTERNATIONAL. *ESG Risks in Banks*. 2021.



Neste panorama, os bancos devem incluir uma rápida sondagem de fontes de dados e ferramentas para avaliações de *stress tests* climáticos. Isso é particularmente importante para supervisores, como a regulação prudencial em debate no Banco Central Europeu e seus reflexos em debate no Brasil.

Uma das principais questões está relacionada aos próximos passos para lançamento de um modelo de *stress test* para riscos climáticos.

O desafio está na aplicação prática: diversas publicações e *frameworks* provenientes de bancos centrais, instituições acadêmicas e iniciativa privada orientam sobre a mensuração e divulgação do riscos em ESG.

Iniciativas voluntárias, com excesso de *frameworks* e parâmetros, acabam por não possibilitar uma comparação assertiva entre as instituições.

Existe, ainda, uma pressão internacional para o debate de quantificação de riscos voltados para ESG e a definição de impacto material, que deve considerar fatores qualitativos e quantitativos. Não há, ainda, um método universal para avaliar os riscos em ESG. Para alguns tipos de riscos, como o de crédito, o ajuste de parâmetros de modelos de riscos existentes pode ser uma solução. Para outros, especialmente os não financeiros, são utilizados preferencialmente métodos de análises de cenários. Ainda assim, a consistência é a chave. Apesar da possibilidade de utilizar diferentes métodos de avaliação, as mesmas premissas consideradas em relação aos fatores ESG devem ser aplicadas a todos os riscos.

Stress test para riscos climáticos na visão dos reguladores

Diversos reguladores não estão apenas cobrando os bancos para que desenvolvam *stress tests* internos e estruturas em gerenciamento de riscos, mas também estão elaborando ou pretendem elaborar seus próprios *stress tests*. Por exemplo:

- **O regulador na França ACPR¹** rodou a primeira fase do seu *stress test* para riscos climáticos em bancos franceses e empresas de seguros de forma voluntária, baseado no quarto quadrimestre de 2020.
- **O Banco da Inglaterra** pretende conduzir um *stress test* em sete das maiores firmas do Reino Unido, como um cenário exploratório bienal² na segunda metade de 2021.
- **O ECB** planeja rodar um *stress test* para todas as instituições significativas até 2022.
- **No Brasil**, os processos de aprimoramento de resoluções regulatórias, a fim de incluir aspectos climáticos na política de responsabilidade do sistema financeiro, está em discussão no momento. Nesse sentido, um pacote de resoluções do Banco Central do Brasil (e em conjunto com o Conselho Monetário Nacional) foi publicado em setembro de 2021, alterando alguns normativos já existentes para direcionar o tema, com previsão de entrada em vigor no segundo semestre de 2022.

A metodologia usada pelas autoridades francesas e inglesas pressiona os bancos participantes para que desenvolvam novas metodologias de *stress testing* para riscos climáticos – seja por meio de uma expansão do cenário para estimar alterações de PD devido a riscos de transição, seja por requerer que os bancos analisem os clientes e as suas respectivas exposições.

Em relação ao *stress test* do **ECB**, ainda há poucas informações. O que está claro é que ele terá a maior amostra de participantes do setor bancário até o momento. Um *stress test* conduzido pelo ECB

para o mercado³ identificou que o risco físico para muitas exposições a empréstimos corporativos é muito mais severo do que o risco de transição a longo prazo. Desta forma, a expectativa é que o *stress test* do ECB irá cobrir os riscos de transição e os físicos. Para parte significativa das instituições da zona do Euro, que será convocada para a realização do *stress test*, isso significa que a preparação deverá cobrir muitas áreas distintas, tais como:

- Identificação de fontes de dados específicos de localizações do cliente, como base para simular o impacto de riscos climáticos físicos.
- Análise sobre como o aumento do risco climático físico irá impactar na avaliação de ativos e de crédito dos clientes.
- Expansão das ferramentas de tradução de cenários.
- Análise de uma amostra material inicial de exposições a empréstimos, com o objetivo de melhorar o entendimento dos canais de transmissão dos impactos dos riscos físicos e de transição na avaliação de ativos.

É esperado que o ECB publique um esboço da primeira metodologia até o final do ano de 2021. Esse documento será benéfico para que as empresas já comecem a investir em suas capacidade de *stress testing*.

1. ACPR's WEBSITE FOR CLIMATE RISK STRESS TEST. Disponível em: <<https://acpr.banque-france.fr/scenarios-et-hypotheses-principales-de-lexcice-pilote-climatique>>.

2. BANK OF ENGLAND WEBSITE. Disponível em: <<https://www.bankofengland.co.uk/stress-testing>>.

3. DE GUINDOS, Luis. *Shining a light on climate risk: the ECB economy-wide climate stress test*. Disponível em: <<https://www.ecb.europa.eu/press/blog/date/2021/html/ecb.blog.210318~3bbc68ffc5.en.html>>.

Fonte: KPMG INTERNATIONAL. *ESG Risks in Banks*. 2021.

Risco de crédito

Uma preocupação especial surge sobre o risco de crédito no momento da aplicação da norma contábil internacional para o cálculo de perdas de crédito esperadas.

A norma contábil internacional **IFRS 9 Financial Instruments** (aplicada no Brasil por meio do CPC 48) esclarece que os cálculos de **perdas de crédito esperadas** devem ser baseados em informações razoáveis e facilmente suportadas, sem custos adicionais ou esforço na data-base em que os cálculos são efetuados. Isso inclui informações qualitativas sobre instituições, eventos passados, condições atuais e projeções futuras relacionadas ao cenário econômico do ambiente em análise.

O parágrafo B5.5.52 da IFRS 9 (CPC 48) detalha alguns conceitos, indicando que, normalmente, a mensuração de perdas de crédito esperadas se inicia com a estimativa do risco específico da instituição (risco idiossincrático) ajustada por dados macroeconômicos (risco sistêmico).

Nesse sentido, quando alterações no clima são abordadas em conexão com fatores de riscos em ESG, deve-se considerar as duas categorias de riscos já mencionadas nesta publicação: os **riscos físicos e de transição**.

Dessa forma, os riscos relacionados a alterações no clima podem impactar os fluxos de caixa futuros que serão recebidos de um determinado instrumento de dívida (ou outros saldos de contas a receber) e a saúde financeira da instituição que gera a exposição.

De forma geral, entende-se que o impacto de fatores de riscos relacionados ao clima interagem com a análise qualitativa e quantitativa de perdas de crédito esperadas, e em particular na análise de dados macroeconômicos e informações *forward-looking*, que são exigidas pela norma internacional de contabilidade. **Em outras palavras, observa-se que, de forma individual ou combinados, os fatores de riscos em ESG relacionados ao clima (risco físico ou de transição) podem impactar a expectativa de fluxos de caixa no futuro e gerar interferência na análise de cenários macroeconômicos.**

Nas instituições financeiras, o impacto de fatores de risco relacionados ao clima irá depender da severidade ou do momento da expectativa do risco e da análise de impacto (que pode ser direto ou indireto) na relação de oferta de crédito das instituições financeiras com seus clientes. Assim, o impacto em perdas de crédito esperadas na data de mensuração pode ser potencialmente limitado (especialmente na ausência de eventos extremos), pois o efeito significativo da alteração climática tende a ter relação com o médio e longo prazos. No entanto, é fundamental analisar a velocidade e escala de alterações e a sua interação com a análise de dados macroeconômicos (e de informações *forward-looking*) no tempo.

Nesse contexto, a análise de carteira de crédito deve considerar impactos em duas perspectivas: a análise de exposição do portfólio de forma agrupada e a análise individual da instituição. Outro aspecto relevante é que fatores climáticos levam em consideração as diferenças geográficas, sazonalidade, tipo de setor (ou subsetor), indústria e duração contratual. **Ou seja, a análise do grupo homogêneo de riscos que é sugerida pela IFRS 9 (CPC 48) deve contemplar as etapas de análises específicas de fatores de risco em ESG, com grande foco em aspectos ambientais (principalmente em fatores de riscos relacionados ao clima).**

(...) de forma individual ou combinados, os fatores de riscos em ESG relacionados ao clima (risco físico ou de transição) podem impactar a expectativa de fluxos de caixa no futuro e gerar interferência na análise de cenários macroeconômicos.
(...)



Novas regras

Banco Central do Brasil (BACEN)

O BACEN está trabalhando em diretrizes de fatores de risco em ESG, tomando como ponto de partida as recomendações do *Task Force on Climate-Related Financial Disclosures* (TCFD), uma força-tarefa que tem o propósito de trazer ao mundo dos negócios o reconhecimento das mudanças climáticas em um contexto de riscos financeiros.

As recomendações estão fundamentadas nos seguintes elementos centrais: governança, estratégia, gerenciamento de riscos, métricas e metas.

Diante disso, o Banco Central, a partir de debates em consulta pública realizados em 2021, publicou um pacote de resoluções em conjunto com o Conselho Monetário Nacional (CMN). As resoluções incluíram os riscos climáticos, sob a perspectiva dos pilares ESG, na estrutura regulatória brasileira. Houve maior abrangência na gestão de riscos financeiros, dentro do contexto da **tríade ambiental, social e climática, inclusive relacionando os riscos financeiros (de crédito, mercado e liquidez), operacionais e legais.**



Riscos ambientais

- Conduta ou atividade irregular, ilegal ou criminosa contra a fauna ou a flora, incluindo desmatamento, provocação de incêndio em mata ou floresta, degradação de biomas ou da biodiversidade e prática associada ao tráfico, à crueldade, ao abuso ou maus-tratos contra animais.
- Poluição irregular, ilegal ou criminosa do ar, das águas ou do solo.
- Exploração irregular, ilegal ou criminosa dos recursos naturais relacionada à degradação do meio ambiente: recursos hídricos, florestais, energéticos e minerais.
- Descumprimento de condicionantes do licenciamento ambiental.
- Desastre ambiental resultante de intervenção humana, relacionado à degradação do meio ambiente.
- Ato ou atividade que, apesar de regular, legal e não criminoso, impacte de forma negativa na reputação da instituição, em decorrência de degradação do meio ambiente.

Riscos sociais

- Assédio, discriminação ou preconceito.
- Prática relacionada ao trabalho análogo à escravidão, tráfico de pessoas, exploração sexual.
- Exploração irregular, ilegal e criminosa de trabalho infantil.
- Descumprimento da legislação previdenciária ou trabalhista, incluindo a legislação referente à saúde e segurança do trabalho.
- Ato irregular, ilegal ou criminoso que impacte povos ou comunidades tradicionais, entre eles indígenas e quilombolas, de maneira negativa.
- Exploração irregular, ilegal ou criminosa dos recursos naturais.
- Dano ao patrimônio histórico, cultural e urbanístico.
- Prática irregular, ilegal ou criminosa associada a alimentos ou a produtos potencialmente prejudiciais à sociedade.
- Tratamento irregular, ilegal ou criminoso de dados pessoais.
- Desastre ambiental resultante de intervenção humana, incluindo rompimento de barragem, acidente nuclear ou derramamento de produtos químicos ou resíduos nas águas.
- Ato ou atividade que, apesar de regular, legal e não criminoso, impacte na reputação da instituição de forma negativa.
- Violação a direitos e garantias fundamentais.

Riscos climáticos

Risco climático de transição: possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição, ocasionadas, direta ou indiretamente, por eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono — em que a emissão de gases do efeito estufa é reduzida ou compensada e os mecanismos naturais de captura desses gases são preservados. Estão nessa perspectiva as questões relacionadas à economia de baixo carbono.

Risco climático físico: possibilidade de ocorrência, direta ou indiretamente, de situações associadas a condições ambientais extremas, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos. Enquadram-se nesse tipo de situação as inundações, tempestades, ciclones, geadas, incêndios florestais, alterações ambientais com aumento do nível do mar, desertificação, mudanças de temperaturas e escassez de recursos naturais.

Ação

**Como podemos
ajudar?**

A KPMG pode ajudar você no enfrentamento desses desafios, com uma visão holística de gerenciamento de riscos e suporte na implementação de soluções.



O nome KPMG e o seu logotipo são marcas utilizadas sob licença pelas firmas-membro independentes da organização global KPMG.

A KPMG pode ajudar

Há um elevado volume de *frameworks* e um relevante movimento normativo e regulatório. Apesar disso, as organizações podem abordar os riscos em ESG de forma estruturada:

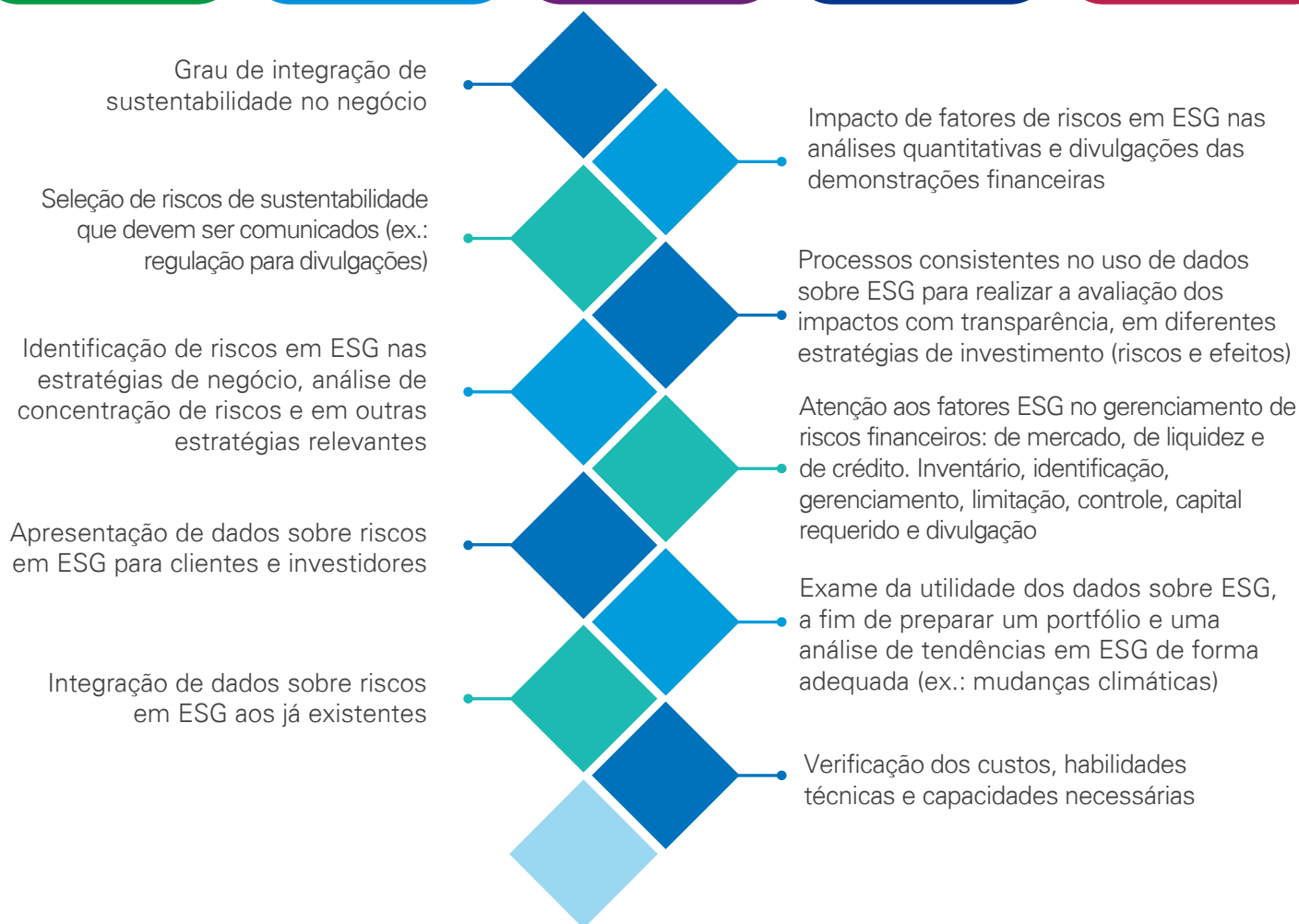
Diagnósticos de maturidade em gestão de riscos financeiros e operacionais, considerando fatores de riscos em ESG

Elaboração de ferramentas de monitoramento, *benchmarking* e avaliação de *frameworks*

Integração de fatores de riscos em ESG com riscos financeiros e operacionais *as a service*

Implementação de políticas em consideração ao impacto regulatório, contábil e divulgações

Projeções, *stress testing*, planejamento estratégico de riscos financeiros e operacionais, automação e relatórios



A KPMG ajuda as organizações para que possam enfrentar esses desafios, com uma visão holística para o gerenciamento de riscos financeiros e suporte para a implementação de soluções, considerando os impactos de fatores de risco em ESG.

Em termos práticos, devem ser analisados os processos de gerenciamento de riscos financeiros, econômicos e regulatórios (estratégias, inventário, mensuração de risco, controle e divulgação) e incorporados os fatores de riscos em ESG.

- **Diagnósticos de maturidade em gerenciamento de riscos financeiros e operacionais**, considerando impactos de fatores ESG e seus direcionadores de práticas.
- **Ferramentas para avaliação de riscos financeiros e operacionais.**
- **Levantamento de *frameworks*, práticas de mercado e *benchmarking*.**
- **Integração dos riscos em ESG**, por exemplo: atenção aos direcionadores de riscos em ESG e o impacto nas relações de risco existentes.
- **Envolvimento nos processos de previsão e divulgação** (incluindo impacto das normas contábeis internacionais).
- **Consideração dos fatores ESG no planejamento estratégico, de riscos financeiros e operacionais** (incluindo análise de cenário ou sensibilidade).

Fonte: KPMG INTERNATIONAL. *ESG Risks in Banks*. 2021.

Referências

KPMG INTERNATIONAL. *ESG Risks in Banks*. 2021. Disponível em: <<https://home.kpmg/xx/en/home/insights/2021/05/esg-risks-in-banks.html>>.

KPMG INTERNATIONAL. *Climate change / Financial reporting*. Disponível em: <<https://home.kpmg/xx/en/home/insights/2021/06/climatechange-financial-reporting-resource-centre.html>>.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *BC coloca em consulta pública proposta normativa sobre divulgação de informações relativas aos riscos sociais, ambientais e climáticos pelas instituições do SFN*. Disponível em: <www.bcb.gov.br/detalhenoticia/17380/nota>.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. BC publicação de setembro de 2021 resoluções relacionadas aos riscos sociais, ambientais e climáticos. Disponíveis em:

Resolução BCB nº 139 de 15/9/2021

<www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Resolucao%20BCB&numero=139>

Resolução BCB nº 140 de 15/9/2021

<www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Resolucao%20BCB&numero=140>

Instrução Normativa BCB nº 153 de 15/9/2021

<www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Instrucao%20Normativa%20BCB&numero=153>

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL. CMN publicação de setembro de 2021 resoluções relacionadas aos riscos sociais, ambientais e climáticos. Disponíveis em:

Resolução CMN nº 4.943 de 15/9/2021 (bcb.gov.br)

<www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Resolucao%20CMN&numero=4943>

Resolução CMN nº 4.944 de 15/9/2021 (bcb.gov.br)

<www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Resolucao%20CMN&numero=4944>

Resolução CMN nº 4.945 de 15/9/2021 (bcb.gov.br)

<www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Resolucao%20CMN&numero=4945>

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. *Audiência Pública SDM 09/20*. Disponível em:

<http://conteudo.cvm.gov.br/audiencias_publicas/ap_sdm/2020/sdm0920.html>.

ANBIMA. *Guia ASG: Incorporação dos aspectos ASG nas análises de investimento*. Disponível em:

<<https://www.anbima.com.br/data/files/1A/50/EE/31/BFDEF610CA9C4DF69B2BA2A8/ANBIMA-Guia-ASG-2019.pdf>>.

EUROPEAN BANKING AUTHORITY et al. *Final Report on draft Regulatory Technical Standards*. Disponível em:

<https://www.eba.europa.eu/sites/default/documents/files/document_library/Publications/Draft%20Technical%20Standards/2021/962778/JC%202021%20003%20-%20Joint%20ESAs%20Final%20Report%20on%20RTS%20under%20SFDR.pdf>.

SUSEP. *Deliberação SUSEP nº 243, de 18 de dezembro de 2020*.

Disponível em:

<<https://www2.susep.gov.br/safe/scripts/bnweb/bnmapi.exe?router=upload/24063>>.



Fale com nosso time

**Lucio Anacleto**

Sócio-líder de Riscos Financeiros
da KPMG no Brasil
lanacleto@kpmg.com.br

**Nelmara Arbex**

Sócia-líder de ESG Advisory
da KPMG no Brasil
narbex@kpmg.com.br

**Rodrigo Bauce**

Sócio-diretor de Riscos Financeiros
da KPMG do Brasil
rbauce@kpmg.com.br

**Juliana Oliveira Nascimento**

Gerente sênior de Riscos Financeiros
da KPMG do Brasil
juliananascimento@kpmg.com.br



#KPMGTransforma



Baixe o
nosso APP

kpmg.com.br



[/kpmgbrasil](https://www.youtube.com/kpmgbrasil)

© 2021 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada. Todos os direitos reservados. MAT210602

O nome KPMG e o seu logotipo são marcas utilizadas sob licença pelas firmas-membro independentes da organização global KPMG.

Todas as informações apresentadas neste documento são de natureza genérica e não têm por finalidade abordar as circunstâncias de um indivíduo ou entidade específicos. Embora tenhamos nos empenhado em prestar informações precisas e atualizadas, não há nenhuma garantia sobre a exatidão das informações na data em que forem recebidas ou em tempo futuro. Essas informações não devem servir de base para se empreender ação alguma sem orientação profissional qualificada e adequada, precedida de um exame minucioso da situação concreta.